

Crítica e conhecimento: a construção de um projeto coletivo de pesquisa

Lucas Correia Carvalho*

Resumo

O artigo analisa a forma pela qual projetos coletivos de pesquisa se constituem práticas institucionais e intelectuais fundamentais na elaboração de novas ferramentas teórico-metodológicas e na delimitação de questões empíricas, em especial quando considerada a área de estudos rurais e agrários. Utilizamos como estudo de caso as pesquisas que precederam a elaboração de um grande projeto coletivo intitulado "Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste" (1975-1977) do PGGAS/MN, para demonstrar como a explicitação de certos pressupostos de pesquisa e a proposição de novas questões teóricas e metodológicas constituíram um "estoque de conhecimento" fundamental não somente para a formação de interesses coletivos entre diversos pesquisadores, mas também para superar certas aporias no que concerne ao debate sobre questão agrária e campesinato no Brasil.

Palavras-chave

Teoria sociológica. Estudos rurais e agrários. Projetos coletivos de pesquisa.

Abstract

This study analyzes the way in which collective research projects establish themselves in fundamental institutional and intellectual practices when elaborating new theoretic-methodological tools and the delimitation of empirical questions, especially when the field of rural and agricultural studies is considered. We used, as a study case, the researches which precede the elaboration of a great collective project called "Work and Socioeconomic Change in the Northeast of Brazil" (1975-1977) of PGGAS/MN, to demonstrate how the disclosure of certain research presuppositions and the proposition of new theoretic and methodological questions constitute a fundamental "knowledge stock", not only regarding the establishment of collective interests among several researchers, but also to overcome certain doubts concerning the debate on the agricultural and peasant issue in Brazil.

* Doutor em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pós-doutorando do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. Suas principais áreas de atuação são pensamento e teoria social. E-mail: lucascorreiacarvalho@gmail.com.

Keywords

Sociological theory. Rural and agricultural studies. Collective research projects.

Introdução

Desde pelo menos os anos 1950, quando o aparente desaparecimento das sociedades indígenas levou à chamada “crise” do objeto da antropologia, os estudos rurais foram impulsionados pelas pesquisas sobre a vida social e cultural camponesa, colocando problemas aos pressupostos modernizantes e evolucionistas da sociologia rural de matriz norte-americana. Não tardou para que, no embate entre as duas vertentes nas décadas seguintes, se repusessem alguns daqueles pressupostos, seja na visão do campesinato como uma espécie de resíduo a ser superado pela modernização da sociedade, perspectiva evolucionista reforçada a partir de então por algumas leituras enviesadas do marxismo, seja pela antropologia do campesinato, que tomava as peculiaridades da comunidade camponesa como um todo orgânico, muitas vezes, e de maneira sub-reptícia, reforçando as premissas teóricas disjuntivas que pretendia criticar (SHANIN, 1972). Nos anos 1970, começou a ganhar força a visão segundo a qual os problemas teóricos e metodológicos relativos aos estudos rurais deveriam ser enfrentados através de forte investimento em pesquisas empíricas, sem descuidar, contudo, do esforço teórico. Assim, por exemplo, um dos periódicos mais importantes da época sobre o assunto, *The Journal of Peasant Studies*, em editorial de sua primeira edição (1973), chamava atenção para o fato de que o desconhecimento sobre diversos aspectos da vida camponesa só poderia ser contornado através de pesquisas que “evitem tanto uma indevida generalização de alto nível quanto estudos excessivamente limitados de pouco interesse comparativo” (EDITORIAL STATEMENT, 1973, p. 1, tradução do autor).

Um breve panorama da área de estudos rurais permite afirmar que os projetos coletivos de pesquisa se constituíram em instrumentos para enfrentar esses impasses (ROSEBERRY, 1978; SILVERMAN, 1979; JOLLIVET, 2009). No âmbito internacional, podemos citar alguns exemplos, como nos Estados Unidos o projeto “The People of Puerto Rico” (1948-1956), sob a coordenação do antropólogo Julien Steward, desenvolvido sob os auspícios do “Social Science Research Center” da Universidade de Porto Rico e financiado pela

Fundação Rockefeller, de cujo quadro participaram Eric Wolf e Sidney Mintz (STEWART *et al.*, 1966). Na França, o projeto intitulado “Inventaire et typologie des sociétés rurales françaises” (1962-1967) coordenado por Henri Mendras e Marcel Jollivet, membros da equipe de sociologia rural do Centre d'études sociologiques (CES), ligado ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) (MENDRAS; JOLLIVET, 1971). Por fim, não se poderia deixar de assinalar as pesquisas etnográficas de Pierre Bourdieu entre camponeses da Argélia durante a Guerra de Independência (1954-1962). Embora essas pesquisas não tenham assumido o molde institucional comumente associado a um projeto científico, o esforço sistemático em equipe, como revelado na obra “Travail et travailleurs en Algérie” (1963), foi fundamental para a elaboração posterior de sua teoria praxiológica do habitus (CALHOUN, 2006).

No Brasil, esforços desse tipo na área de estudos rurais não foram raros (por exemplo, QUEIROZ, 1973a e 1973b). Mas um caso particular parece chamar a atenção pela magnitude de sua extensão empírica, pela ampla rede de pesquisadores, e os resultados obtidos. Refiro-me ao Projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (1975-1977), financiado pela FINEP, IBGE e IPEA, e coordenado por Moacir Palmeira, professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN). Dessa instituição fora formada a ampla equipe de pesquisadores do Projeto, todos professores ou alunos, entre os quais, Otávio Velho, Afrânio Raul Garcia Jr., José Sergio Leite Lopes, Lygia Sigaud, Marie France Garcia, Luiz Antonio Machado, Maria Rosilene Barbosa Alvim, Neide Esterici e Beatriz Heredia. O projeto buscou investigar diversas “situações-tipo” – frentes de pesquisa empírica e teoricamente delimitadas – a partir das transformações da *plantation* tradicional nordestina, tencionando mostrar a pluralidade de formas de organização econômica do campesinato e de resistência a estruturas de dominação novas e antigas (PALMEIRA *et al.*, 1976). Sua importância é fundamental não somente para a história do PPGAS/MN, pois, como afirma Mariza Correa (1995, p. 47), a análise da produção dessa instituição permite “dizer que a área de estudos sobre ‘camponeses’ realizou um trabalho análogo ao feito em relação às sociedades indígenas – criou um novo léxico, desde então parte de nossa bagagem intelectual”. E, subscrevendo Otávio Velho, a antropóloga enfatiza que um dos principais meios para se criar esse “léxico” foram “os projetos coletivos que organizam e dão sentido a pesquisas individuais e seus desdobramentos no sentido sempre de busca de continuidade” (CORREA, 1995, p. 45). É preciso

lembrar que os projetos de pesquisa desempenharam importante papel no processo de institucionalização, profissionalização e reconhecimento da área de ciências sociais no Brasil, ao se tornarem a um só tempo instrumentos de formalização teórico-metodológica e de obtenção de recursos (MICELI, 1993; KEINERT, 2011).

O Projeto Emprego teve vigência num contexto em que os debates sobre a questão agrária no Brasil, sobretudo nos moldes encaminhados pela esquerda brasileira, perdiam sua força explicativa e pareciam girar em falso (GNACCARINI; MOURA, 1983; GARCIA Jr.; GRZYNSZPAN, 2002). Conforme Gnaccarini e Moura (1983, p. 7), havia um incômodo com a “circularidade interpretativa” sobre a questão agrária, em grande parte causada pelo “desdém pela pesquisa documental e/ou vida das relações de produção”, e a forma de superar aquele debate “não está somente na pesquisa de campo, já que esta pode servir tão somente para ampliar as ‘provas’ que cada uma das posições quer dispor para ampliar sua própria evidência”. Era urgente, portanto, revisar criticamente as premissas teóricas e as orientações metodológicas daquele debate.

Até a formulação e vigência do Projeto Emprego fora um longo percurso de discussões internas ao grupo de pesquisadores e com os representantes das agências financiadoras, tarefa para a qual os então funcionários da FINEP, Afrânio Garcia Jr. e José Sérgio Leite Lopes, foram fundamentais (cf. GARCIA Jr., 2013; CARVALHO, 2015). Além disso, pesquisas já vinham sendo realizadas no Estado de Pernambuco, inicialmente com Moacir Palmeira e Lygia Sigaud e depois se estendendo aos demais integrantes. Nesse sentido, as pesquisas empíricas e formulações teóricas sobre campesinato e questão agrária começaram antes do Projeto Emprego e não se encerraram com ele, inclusive com desenvolvimentos significativos posteriores.

Anterior à vigência do projeto, podemos destacar analiticamente ao menos dois momentos fundamentais, os quais, apesar dos limites temporais, podem se sobrepor: o primeiro deles diz respeito à revisão teórica do debate sobre as relações sociais na agricultura na esquerda, que contrapunha defensores da tese feudalista e capitalista, empreendida por Moacir Palmeira em sua tese de doutorado defendida em 1971 na França, concomitantemente às pesquisas de campo realizadas desde 1969 na Zona da Mata de Pernambuco pelo próprio Moacir Palmeira sobre as “feiras” e “barracões”, e por Lygia Sigaud sobre as representações e ideologias dos trabalhadores rurais. O segundo momento refere-se à ampliação de problemáticas de pesquisas a diversas situações empíricas estudadas por membros da equipe no ano de

1972. Focarei no primeiro desses momentos, decisivo para a modelagem das proposições teóricas e definição das situações empíricas elencadas para estudo e repartida entre os membros do grupo, segundo seus interesses particulares¹.

Nas pesquisas de Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, podemos identificar dois eixos fundamentais de procedimento teórico-metodológico de orientação do grupo de pesquisadores: primeiro, uma revisão crítica da questão agrária em seus pontos hegemônicos e pressupostos teóricos e ideológicos; segundo, que esse empreendimento esteve atrelado ao desenvolvimento de uma perspectiva antropológica alicerçada no trabalho etnográfico e preocupada com a dimensão simbólica atribuidora de sentido às práticas dos indivíduos. De forma geral, essas duas questões podem ser tomadas como articuladoras dos diversos interesses individuais contidos – como não poderia deixar de ser – em um projeto coletivo da envergadura que viria a se tornar o Projeto Emprego.

Na área de estudos rurais, tanto no âmbito nacional quanto internacional, os projetos coletivos de pesquisa possibilitaram não somente a formação de redes de pesquisadores e instituições que de outro modo poderiam permanecer distantes uns dos outros, angariando recursos fundamentais para a execução de pesquisas intensivas (SZANTON, 2004), como também, em diversos casos, permitiram conjugar problemas e perspectivas individuais em torno de objetivos teóricos e empíricos comuns – o que não significa que não tenha havido divergências ou que a dimensão propriamente individual das pesquisas tenha sido subsumida (JOLLIVET, 2009; LAURIA-

¹ Enquanto Moacir Palmeira e Lygia Sigaud prosseguiam com suas pesquisas, alunos por eles orientados desenvolviam suas etnografias na mesma região: José Sergio Leite Lopes desenvolveria pesquisa sobre os trabalhadores da parte industrial das Usinas; Afrânio Garcia Jr. sobre camponeses da Zona da Mata Sul, enquanto Beatriz Heredia realizava seus estudos com o mesmo grupo ao Norte; Marie France Garcia sobre a Feira da Usina; Vera Echenique sobre as resoluções de conflito na Zona da Mata; Luís Maria Gatti sobre os sindicatos de trabalhadores rurais; e Roberto Ringuelet sobre os “corumbas”, trabalhadores que migram durante a safra para a área de cana. Com exceção dos três últimos, com participação transitória, todos participariam intensivamente do Projeto Emprego em outras frentes de pesquisa. A formulação do Projeto surge num momento de crise do PPGAS, já que com o fim do projeto “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional”, coordenado por David Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira, os recursos cessaram, e as pesquisas do grupo e a própria manutenção da instituição estavam ameaçadas. Não realizaremos neste estudo a análise do funcionamento do Projeto Emprego (cf. GARCIA Jr. 2009 e 2013; CARVALHO, 2015), mas das condições cognitivas que o possibilitaram.

PERRICELLI, 2012; CHOR; OLIVEIRA; LOPES, 2013). Dentro dessa perspectiva, destacamos o papel que os projetos coletivos de pesquisa tiveram na consolidação e desenvolvimento de temas fundamentais na área de estudos rurais e agrários, em grande medida porque foram capazes de propor quadros interpretativos mais amplos que dessem conta das diversas situações empíricas estudadas, formando uma agenda de pesquisas que seus pesquisadores buscaram cumprir – com grau variável de continuidade – em trabalhos posteriores.

A designação de coletivo dos projetos não significa necessariamente que a centralização absoluta de questões e problemas teórico-metodológicos constitua pré-requisito para a sua realização, sendo mesmo a falta de consenso mais a regra do que a exceção. Contudo, se as dissensões nos projetos são fontes importantes para o entendimento de proposições teóricas, não deixa de ser fundamental investigar o esforço – ainda que por vezes provisório e contingente – de construção de certos interesses e objetivos comuns para a descoberta dos pressupostos de pesquisas, como pode ser entrevisto em negociações, discussões internas e nos resultados alcançados.

Essas formas de acumulação intelectual, de definição e questionamento de certos pressupostos são partes constitutivas e não alheias à própria confecção dos projetos de pesquisa. Se, conforme Alfred Schutz (1962; 1979), podemos afirmar que todo “projeto” envolve um planejamento do “ato” futuro, ou seja, a antecipação “no tempo futuro perfeito” de uma ação em estado acabado (“*modo futuri exacti*”), ele não se faz desligado da “retrospectiva” de experiências similares passadas, que auxiliam na “tipificação” dos possíveis meios e fins empregados na consecução do projeto. Todo projeto, portanto, é intrinsecamente processual, e sua realização está ligada à redução, ainda que idealmente, de suas contingências, operação possível de ser realizada a partir de certas “fórmulas ideais” contidas no “estoque de conhecimento” que organiza e delimita as situações empíricas.

Essas “fórmulas” guardam correspondência com eventos passados, permitindo que os agentes dotem de inteligibilidade a concepção de seus “projetos”. No próprio processo de “projetar”, abre-se um lapso de tempo em que contingências se tornam fundamentais para o surgimento de novas soluções por parte dos agentes, o que torna o “estoque de conhecimento” ainda mais necessário para que, mesmo na improvisação, proceda-se com linhas de “tipificação” condizentes e dentro de certos marcos imaginativos. Sem essa complexa operação, a própria ação de “projetar”/“antecipar” não seria possível, permanecendo um mero “fantasiar”, sem qualquer

referência à experiência.

De modo similar, o “estoque de conhecimento” a que recorre o cientista social é “estruturado” por um *corpus* de métodos e teorias tomado como “dado” – o que significa cientificamente apurado (“scientifically ascertained”). Embora com “estrutura” diferente daquela da vida cotidiana, esse “estoque de conhecimento” tem variados graus de clareza e distinção, ou seja, um “sistema de relevâncias” próprio que define os interesses centrais do problema a ser abordado. A própria conformação do “estoque de conhecimento” científico depende não somente de “problemas” resolvidos, mas de suas implicações ainda ocultas e de horizontes abertos pertencentes a problemas ainda não formulados (SCHUTZ, 1962, p. 39).

O recurso em determinados contextos aos esquemas interpretativos contidos no “estoque de conhecimento” permite a constituição, sempre criativa, de sentidos comuns – ainda que não necessariamente consensuais (GIDDENS, 2009). E como todo “estoque de conhecimento” tem suas zonas de relevância que destacam e recortam a realidade conforme certos critérios de seleção, veremos neste trabalho como as investigações de Moacir Palmeira e Lygia Sigaud foram fundamentais como ponto de partida a partir do qual se interligaram um conjunto de pesquisas, desencadeando na formulação e consecução do Projeto Emprego².

Uma “terceira posição”

Ainda sem ter ganhado uma tradução do francês, a tese de Moacir Palmeira intitulada *Latifundium et Capitalisme au Bresil: Lecture Critique d'un debat*, defendida em 1971, permanece leitura incontornável sobre o tema. Ao dissecar os diversos argumentos que por longo tempo obsedaram os envolvidos na contenda sobre a questão agrária, Palmeira estabeleceu um diálogo crítico com aquela literatura a fim de identificar suas questões fundamentais. E embora, salientava o autor, as discussões sobre o “Brasil

² Nas palavras de Lygia Sigaud, “o primeiro trabalho de campo em Pernambuco (1969-1970) foi um momento de “acumulação primitiva”, para usar a expressão de Marx, no processo de elaboração de um capital de conhecimento sobre o mundo da *plantation*. O volume e o ritmo assumidos pela formação desse capital foram um resultado do *modus operandi* no Campo” (SIGAUD, 2008, p. 88, tradução minha).

agrário” e sua “realidade” remontem aos anos 1920 e 1930 com o debate entre juristas e economistas, seria somente na década de 1960 que a discussão ganharia um estatuto público (PALMEIRA, 1971, p. III). De acordo com Palmeira, isso se deve a dois motivos principais: primeiro, à emergência do movimento camponês na década de 1950, tornando-se um agente político, a exemplo das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais; segundo, as divisões na esquerda começam a se tornar mais acirradas, surgindo novos grupos que questionavam a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e difundindo-se diferentes e contrapostas versões dos rumos da “revolução brasileira” (cf. PALMEIRA, 1984, p. 15).

O caráter ideológico das questões envolvidas, contudo, não significava que elas não remetessem a “problemas reais” (PALMEIRA, 1971, p. 159, tradução minha). Dessa forma, as formulações de Palmeira sobre o debate não pretendiam transpô-lo, nem mesmo formular uma “síntese”, mas, como o próprio autor qualifica, apresentar uma “terceira posição” (“troisième position”).

Três temas contidos na tese de doutoramento de Moacir Palmeira parecem fundamentais para a reconstituição do que chama de “sistema de *plantation*” – fugindo da polarização capitalismo x feudalismo: a relação entre as formas de imobilização da força de trabalho e o capitalismo; o patriarcalismo e a “função” do grande latifundiário; e, por fim, a “posição” do trabalhador rural e camponês no sistema de *plantation*. Propunha o autor que se tomasse a *plantation* como um modo de produção específico, ainda que, como veremos, subordinado à dinâmica do capitalismo global, mas que revelaria uma combinação de elementos própria. Segundo o antropólogo, o principal equívoco em que caíram os contendores do debate sobre as relações sociais na agricultura é que identificaram o latifúndio como instância econômica, não o entendendo como uma forma de organização social. Tal compreensão decorreria de uma confusão entre níveis distintos da realidade social: se para os defensores da tese feudalista o latifúndio é entendido enquanto “unidade de subsistência”, para os defensores da tese capitalista, o latifúndio é entendido enquanto “unidade de produção”. Os dois lados do debate não lograriam ultrapassar a “unidade econômica” de referência, o latifúndio, e compreendê-lo em sua inserção numa formação social específica. Não à toa, o autor assinalava que utilizaria a categoria “sistema de *plantation*” (“système de plantation”) para tratar não de “unidades econômicas”, mas do contexto econômico mais amplo no qual o latifúndio se inseria (PALMEIRA, 1971, p. 133).

A exemplo do sistema capitalista ao qual se encontraria subordinada, a *plantation* suporia a separação do trabalhador dos seus meios de produção, mais particularmente da terra, legitimada juridicamente como propriedade privada de uma minoria. Seria, por isso, “indiferente” a esse sistema a posse dos “objetos de trabalho” pelos trabalhadores, como demonstrariam a existência de instituições como a “morada” – termo que designava a concessão de terras e outros benefícios pelo grande proprietário aos trabalhadores em troca de trabalho gratuito – e a “parceria” em seu interior, posto que o acesso à terra encontrar-se-ia bloqueada por mecanismos políticos. Do ponto de vista do funcionamento da *plantation*, o trabalho cativo cumpriria o mesmo papel que qualquer outra forma de imobilização da força de trabalho. Conforme o autor, “a *plantation* pode operar tanto à base de ‘relações de trabalho’ escravagistas, quanto de ‘relações de trabalho’ servis ou à base do ‘assalariado formal’” (PALMEIRA, 1971, p. 140, tradução minha).

No esquema proposto por Palmeira, a escravidão é inteligível a partir da dinâmica do “sistema da *plantation*” – ou seja, a partir do conjunto de fatores estruturantes e posições sociais, e não somente ao latifúndio -, estando sua presença intimamente relacionada àquela flexibilidade demandada por sua condição de submissão ao capitalismo. Seria o “sistema de *plantation*” – e não a escravidão – que, de acordo com as demandas externas e a disputa política pelos recursos em seu interior, definiria as formas diversas de imobilização da mão de obra. A ênfase de Palmeira recai nos fatores de disputa política que permitiriam a manutenção e adequação do “sistema” ao mercado externo.

Dada a especificidade do modo de produção da *plantation*, Palmeira ressalta que ele conformaria um conjunto de relações sociais em cujo centro ocuparia o proprietário de terras. Este serviria como “mediador” necessário entre a mão de obra interna à *plantation* e o exterior, isolando o trabalhador dos circuitos econômicos. Confinados à *plantation*, os trabalhadores se submeteriam aos mecanismos extraeconômicos e políticos de dominação da classe proprietária, através dos quais ela redistribuiria os bens produzidos em seu interior. Dessa forma, a produção de subsistência dos trabalhadores entraria, por mecanismos indiretos, como o “barracão” e o “foro”, num circuito controlado pelo senhor proprietário, o que reforçava a relação de dependência. Além disso, esse tipo de dominação sobre os camponeses dotaria o sistema da “flexibilidade” necessária à sua perpetuação, pois, em momentos de crise, a produção se dedicaria à agricultura de subsistência até que as atividades principais da *plantation* fossem retomadas, sem que isso resultasse na alteração das relações de produção e de poder.

As “trocas assimétricas”, segundo Palmeira, entre senhor-trabalhador/camponês, visualizadas na indistinção de tarefas realizadas no interior da *plantation* e na distribuição dos resultados delas, seriam acobertadas pelo viés ideológico do “patriarcalismo”, dotando o senhor de uma “áurea quase providencial de ‘protetor’ que mistifica as relações de ‘separação’ próprias ao ‘sistema de plantation’” (PALMEIRA, 1971, p.145). A “pseudocomunidade” das relações interiores à *plantation* impossibilitaria qualquer outra forma de associação entre os trabalhadores a não ser com o proprietário de terras, cujas ordens estariam em função direta das necessidades do mercado (PALMEIRA, 1971, p. 148). O “patriarcalismo”, por conseguinte, criaria uma esfera de indistinção entre os interesses diversos de trabalhadores e proprietários, reduzindo os potenciais conflitos. Dentro de tal sistema restaria uma margem muito estreita a ações políticas oriundas dos trabalhadores – muito embora isso ocorresse em alguns momentos, como no caso dos Quilombolas – cujo potencial contestatório esbarrava na estrutura de dominação (PALMEIRA, 1971, p. 147-148).

Para Palmeira, o conflito ficaria subjugado ao patriarcalismo, entendido como essa ampla rede de solidariedade social que supõe a “pseudocomunidade” de interesses e acoberta as tensões de classe existentes. Ou seja, trata-se da arregimentação específica de classes e poder que impediria a manifestação – pelo menos de forma incisiva – das tensões que a envolvem, o que não é o mesmo que negar o conflito. Mais uma vez, a ênfase recai no sistema de *plantation*, sendo as posições de grupos e classes internas a ela fundamentais para o entendimento de seus aspectos essenciais. Sua mudança acarretaria – como parecia ser o caso quando da mobilização de trabalhadores e camponeses a partir dos anos 1950 – outro “jogo de posições”, sendo o “patriarcalismo” ao menos ressignificado.

Ao se deterem nesses momentos em que a atividade de subsistência ganha relevância na produção da *plantation*, os estudiosos da questão agrária, segundo o antropólogo, reificavam a definição de camponês, supondo decisiva a posse dos meios de produção por esse grupo. Essa perspectiva privilegiaria somente a “condição de classe” do campesinato. No entanto, conforme Palmeira, se levadas em conta as “posições de classe” do sistema de *plantation*, seria possível desreificar a aplicação do conceito de campesinato no Brasil, posto que, embora o trabalhador tivesse a posse dos instrumentos de trabalho, não teria a do principal meio de produção, que era a terra. Esse aspecto era fundamental para afastar o equívoco grave de que a destituição do lote de terra cedido no interior da *plantation* levaria à proletarianização do

camponês: não se poderia retirar desse agente aquilo que de fato ele não possuía.

Entretanto, na linha argumentativa de Palmeira, isso não significava endossar a tese capitalista, segundo a qual o camponês no Brasil seria uma espécie de operário disfarçado. Os camponeses não teriam a propriedade efetiva da terra, mas dos instrumentos de trabalho; o que, no entanto, não os tornaria proletários, já que o acesso ao mercado se dava indiretamente e por diversos mecanismos de dominação extraeconômicos. Portanto, nem a tese feudalista nem a tese capitalista sobre a questão agrária no Brasil estariam atentas a esse “paradoxo”.

E a transformação das posições de classe ocorre porque a mesma flexibilidade que permitiria a adaptação e manutenção do “sistema de *plantation*”, sintetizadas na dupla articulação das classes dominantes, seria também ela, ao torná-la tão dependente às demandas externas e às crises do capitalismo, que faria com que o sistema ficasse suscetível a mudanças. Muito embora essas crises não possam vir a colocar em xeque todo o “sistema da *plantation*”, poderiam ter o importante efeito de alterar as “posições” dos grupos e classes internos a ela. No que concerne à classe dominada, a quebra do “isolamento” alteraria o suposto “tradicionalismo” camponês que parecia inerente a sua condição, para inseri-lo em outra “posição” (PALMEIRA, 1971, p. 153-4).

Para o entendimento das transformações da *plantation*, Palmeira propôs pensá-la enquanto sistema formado por um jogo de posições e oposições sociais. Perspectiva que, de fato, busca não substantivar fenômenos sociais, não os tratando como “coisas”, mas nas configurações de posições e oposições de poder existentes em um determinado contexto social. A articulação política do campesinato que o pesquisador constatava *in loco* reconfiguraria a *plantation* tradicional. Contudo, essas mudanças atreladas ao surgimento de novas categorias sociais e a mobilização coletiva do campesinato impunham uma investigação mais detida não só das novas relações de poder, mas das próprias categorias simbólicas e práticas sociais que respondiam pela criatividade das respostas desses atores às novas formas de dominação.

Ideologia e campesinato

A investigação das formas pelas quais diversas categorias do campesinato pensavam e justificavam a própria ação foi outra frente de pesquisa aberta

pelo grupo de antropólogos aqui destacado, e particularmente Lygia Sigaud a ela se dedicara inicialmente, resgatando a literatura antropológica clássica na tarefa de analisar o ponto de vista dos agentes e os modelos simbólicos em que se baseavam. Os trabalhos da antropóloga foram decisivos para consolidação desse tipo de abordagem entre os grupos camponeses, que, em suas palavras, ainda se constituíam como objeto de estudo reificado por teorias cujos “investimentos empíricos são feitos no sentido de dar conteúdo ao que está sendo dito” (SIGAUD, 1992, p. 36).

Junto com Moacir Palmeira, Sigaud realizou, no final do ano de 1969, as primeiras investigações de campo que subsidiariam as formulações de pesquisa para os seus trabalhos de mestrado intitulado “A nação dos homens: um estudo regional da ideologia”, defendida em 1971 sob a orientação de David Maybury-Lewis no PPGSA/MN, e doutorado em 1977, intitulado “Os clandestinos e os direitos” sob a orientação de Ruth Cardoso na Universidade de São Paulo (USP). A região escolhida fora a da Zona da Mata de Pernambuco, conhecida pela grande mobilização camponesa desde os anos 1950 e que, apesar da ditadura, permanecia como foco de agitação sindical. Além de escapar das armadilhas da relação entre teoria e empiria impostas pelo debate anterior sobre a questão agrária, a abordagem antropológica, segundo Sigaud, poderia ainda introduzir novos rendimentos heurísticos nos estudos camponeses, indo além do economicismo dominante e “toma[ando] as formulações de um grupo social dentro de uma sociedade ‘complexa’”, contrapondo-se, portanto, ao “desprezo de muitos estudos sociológicos pela maneira como os agentes sociais concebem suas experiências” (SIGAUD, 1973, p. 105). A ideologia poderia se constituir numa entrada de pesquisa proveitosa para o entendimento das transformações ocorridas na *plantation* e das disputas políticas que a envolviam, principalmente, como afirmava a antropóloga, ao se investigar “um grupo social que por sua posição relativa na estrutura de classes (classe dominada) não possuísse meios ou instrumentos de força para impor suas representações às demais classes” (SIGAUD, 1973, p. 105).

Notara a autora que, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o surgimento dos sindicatos rurais, os senhores de engenho adotaram estratégias as mais diversas para forçar a expulsão dos *moradores* de suas terras, sem assumir qualquer responsabilidade legal. A essa expulsão se seguiu o inchaço das pequenas cidades, dando origem a uma categoria denominada *trabalhadores de ponta de rua*, os quais, dependendo de sua situação legal, eram denominados *fichados* – aqueles que tinham a carteira

de trabalho assinada – ou *clandestinos* – aqueles que não tinham a carteira assinada e, portanto, sem os *direitos* assegurados por lei.

Essas transformações da *plantation* e as novas condições em que se encontravam os trabalhadores estudados por Sigaud poderiam causar à primeira vista a impressão de um processo inexorável de proletarização do campesinato. No entanto, a apreensão das categorias nativas permitiu a Sigaud compreender como essas novas relações não estavam desatreladas das representações da *morada*. O enfraquecimento dessa relação, aos olhos dos trabalhadores, representava não somente o fim da *sujeição*, mas a impossibilidade de acesso à terra e de reprodução familiar, o que, nas novas condições de vida na cidade, ganharia ares de nostalgia. Não atentar para as novas condições sociais e as representações que delas se fazem os trabalhadores seria, para Sigaud, deter-se somente num aspecto daquelas mudanças, também significativo, mas circunscrito à sua condição presente de proletário.

Essa “nova condição” de trabalhador de ponta de rua, portanto, não extinguiu aquela de *ex-morador*, o que se tornava fundamental para o entendimento das representações do passado e do presente. Segundo a antropóloga, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) se tornara, na ideologia da população camponesa e dos trabalhadores rurais, um marcador temporal das transformações ocorridas, dotando de inteligibilidade aos próprios agentes aquele sistema de posições. Para os trabalhadores, os *direitos* sempre existiram, mas foram somente aplicados com o *Governo* de Miguel Arraes (1962-1964), figura de destaque na política de esquerda em Pernambuco e responsável pela implementação de várias medidas em favor dos trabalhadores rurais. A representação do direito afigurou-se ao trabalhador como uma quebra da antiga relação entre ele e o senhor de engenho, já que, a partir de então, entre os dois se interpôs um terceiro elemento, os *direitos*, consubstanciada na figura de Arraes.

Segundo Sigaud, a representação dessas garantias legais variava de acordo com as posições sociais ocupadas pelos trabalhadores. Assim, entre os trabalhadores *fichados*, os *direitos* seriam vistos como benéficos e representariam a instauração de uma nova ordem, na qual a relação de dominação ao senhor seria percebida como prejudicial à *liberdade* (termo que, entre os trabalhadores, denotaria a possibilidade de trocar de *morada* em tempos em que a disponibilidade de terras nos engenhos e a legislação trabalhista não impunham limites às concessões dadas pelo senhor). Na maior parte das vezes, contudo, o trabalhador encarava as transformações

advindas com os *direitos* de forma negativa, já que liquidavam com o complexo *morada/sítio*. O acesso à terra, como um benefício dado ao trabalhador, era por ele prezado como sinal de prestígio, e, em relação a outras atividades não realizadas na terra – por exemplo, no comércio e na usina –, era a única atividade digna de ser considerada *trabalho*.

Essa “idealização do passado”, de acordo com Sigaud, não significaria necessariamente uma atitude resignada, já que, no mundo cultural do trabalhador rural, operar-se-ia uma tentativa de “conciliação” entre os tempos, juntando-se o que era apreciado nos dois momentos, ou seja, o *salário* e os *direitos* no presente, e a *morada* no passado. Por meio dessa análise interna aos códigos simbólicos do campesinato, Sigaud contribuiu para relativizar posições que circunscreviam a condição proletária do trabalhador rural, a que qualificou como “fetichismo do salário”, tomando “o cuidado de não tomar nem o interesse pela terra, nem o interesse pelos direitos como manifestações conflitivas de uma tendência ora camponesa, ora obreirista” (SIGAUD, 1979, p. 245). E, sobretudo, lançou luz às representações, ainda que por vezes contraditórias, de que fazem os trabalhadores de suas ações – passadas e presentes – compreendendo a margem de manobra e legitimação envolvidas nas relações de dominação.

Enquanto Moacir Palmeira criticava as interpretações por demais estreitas sobre a questão agrária no Brasil e o lugar do campesinato nela, já que desatentas ao complexo jogo de posições e oposições sociais dos agentes implicados, Sigaud tomava as representações simbólicas que os trabalhadores faziam de suas ações como instrumento fundamental de análise da questão agrária. Em comum, ambos buscavam superar as perspectivas disjuntivas que apostavam na inexorável industrialização do campo e na proletarização, mostrando, em contrapartida, como o complexo jogo de disputas sociais, conjugando antigas e novas formas de dominação, e a própria criatividade do quadro cultural do trabalhador rural tornavam a estrutura agrária e a condição camponesa dois lados de uma mesma questão.

Considerações Finais

Ao circunscrever certos pressupostos do debate sobre questão agrária e campesinato, delimitar situações empíricas, através de análises intensivas do mundo simbólico dos agentes, a tese de doutoramento de Moacir Palmeira sobre o “sistema de *plantation*” e as pesquisas realizadas junto com Lygia

Sigaud na Zona da Mata de Pernambuco seriam fundamentais para forjar uma agenda coletiva de pesquisas que, levada a cabo por um extenso grupo de antropólogos, desembocaria no próprio Projeto Emprego. Dessa forma, esses autores chamaram a atenção para que as peculiaridades de certas categorias do campesinato não fossem substantivadas, mas tomadas em suas relações múltiplas com outros grupos e classes sociais, recusando-se, de antemão, a atribuição de características ou excepcionalidades que prefigurariam certos processos irreversíveis do mundo rural – como aparecia, nos anos 1970, em interpretações sobre o “trabalhador volante”, espécie de proletário rural, e, em outra perspectiva, com o posseiro da fronteira amazônica. Tratava-se, portanto, de desreificar o próprio conceito de campesinato que os debates anteriores legaram e forjar um novo entendimento da relação entre o trabalho teórico e os dados empíricos.

Ao ressaltarmos o empreendimento coletivo que se tornaria essa agenda de pesquisas, consubstanciado no Projeto Emprego, não estamos fazendo tábula rasa das pesquisas individuais, bem como de resoluções próprias a problemas teóricos alicerçados em minuciosa reconstituição das situações empíricas selecionadas, mas chamando atenção para as frentes de investigação abertas e para a proposição de uma problemática comum de pesquisa que, intimamente relacionadas àquelas investigações individuais, não deixaram de apresentar, quando olhadas em seu aspecto propriamente coletivo, relativa autonomia.

Nesse sentido, a concepção e realização de um projeto de pesquisa como o fora o Projeto Emprego exigem a construção de certas bases comuns na definição de temas e problemas, elaboração de hipóteses e seleção metodológica. As pesquisas de Moacir Palmeira e Lygia Sigaud aqui destacadas teriam esse papel de fornecer um “estoque de conhecimento” necessário para se contornar certos pressupostos e fornecer a complementação necessária para lançar nova luz a questões empíricas. Como já alertavam Florestan Fernandes e Roger Bastide (1979, p. 136), a construção de interesses comuns seria uma dimensão fundamental de projetos coletivos em ciências sociais, que, “como outras ciências, não dispõe de técnicas capazes de garantir a uniformidade de ajustamento ao objeto” e, por conta disso, “tornar explícitos os princípios adotados na preparação de um projeto de estudo parece ser, assim, a primeira condição para o entendimento objetivo entre os pesquisadores que colaboram na mesma investigação”.

E ao focarmos em um dos “momentos” anteriores à formulação do Projeto, circunscrevendo os seus pressupostos, não estamos dissociando

formulações teóricas das questões empíricas rigorosamente delimitadas, junção que os próprios pesquisadores colocavam como objetivo e entendiam como requisito de um empreendimento bem-sucedido de pesquisa. Apenas ressaltamos que, sem essa etapa preliminar, o conjunto de questões teóricas que viria a ganhar relevo no Projeto Emprego poderia vir a reforçar, num ciclo ininterrupto, as mesmas premissas que as diferentes posições do espectro do debate sobre questão agrária e o campesinato compartilhavam. Dessa forma, o que o caso em análise demonstra é que mais do que simplesmente cumprir exigências institucionais e burocráticas, projetos coletivos de pesquisa podem se revelar fonte empírica de importante valor heurístico para o estudo da história das ciências sociais contemporâneas, permitindo recuperar alguns de seus momentos formativos decisivos e suas principais formulações teórico-cognitivas.

Referências

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. (2007). Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *RURIS Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP*, vol. 1, n. 2, p. 157-186.
- BOURDIEU, Pierre et al. (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton.
- CALHOUN, Graig. (2006). Pierre Bourdieu and social transformation: lessons from Algeria. *Development and change*, 37 (6), p. 1403-1415.
- CARVALHO, Lucas Correia. (2015). *Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CORREA, Mariza. (1995). A Antropologia no Brasil (1960-1980). In: Sérgio Miceli (Org.); *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré.
- EDITORIAL STATEMENT. (1973). *The Journal of Peasant Studies*, vol 1, n. 1.
- FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. (1979). O preconceito racial em São Paulo – Projeto de Estudo. In: Sedi Hirando (Org.). *Pesquisa Social: projeto e planejamento*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- GARCIA JR., Afrânio (2013). *Mudança social no Nordeste: metamorfoses do mundo que o senhor de engenho criou*. mimeo.
- (2009). Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, vol. 15, n. 2.
- GARCIA JR., Afrânio; GRYSZPAN, Mário. (2002). Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: Sérgio Miceli (Org.); *O que ler em ciências sociais*. São Paulo: ANPOCS/Sumará.
- GIDDENS, Anthony. (2009). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

- GNACCARINI, José Cesar; MOURA, Margarida Maria.
(1983). Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-52, 1. sem.
- KEINERT, Fabio Cardoso.
(2011). *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- JOLLIVET, Marcel.
(2009). Un temps fort de la sociologie rurale française. *Études rurales*, n° 183, p. 67-82.
- (1998). A “vocação atual” da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, novembro.
- JOLLIVET Marcel; MENDRAS Henri.
(1971). *Collectivités rurales françaises*. Tome1, Armand Colin.
- LAURIA-PERRICELLI, Antonio.
(2012). Materialist Scholarship and The People of Puerto Rico. *Identities: Global Studies in Culture and Power*.
- MARTINS, José de Souza.
(1993). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré-FAPESP, 1993. 316 p.
- (1986). As coisas no lugar. In: José de Souza Martins (Org.) ; *Introdução Crítica à sociologia rural*. São Paulo: Editora Hucitec.
- PALMEIRA, Moacir.
(2010). *Moacir Palmeira (depoimento, 2009)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL.
- (1984). Os anos 60: revisão crítica de um debate. *Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada para a Agricultura*. São Paulo.
- (1971). *Latifundium et capitalisme au Brésil*. Lecture critique d'un débat. Paris: Université de Paris. Tese de doutoramento. Paris, Université de Paris.
- PALMEIRA, Moacir et al.
(1976). Emprego e Mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, p. 201-242.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.
(1973a). *O campesinato brasileiro*. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes.
- (1973b). *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Duas Cidades.
- ROSEBERRY, William.
(1978). Historical Materialism and The People of Puerto Rico. *Social Anthropology in Puerto Rico*, vol. 8.
- SCHUTZ, Alfred.
(1979). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- (1962). The Problem of Social Reality, Vol. 1, *Alfred Schutz: Collected Papers*, Martinus Nijhoff.
- SIGAUD, Ligia.
(2008). A collective ethnographer: fieldwork experience in the brazilian Northeast. *Information sur les Sciences Sociales*, 47, p.71-97.
- (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Hucitec.
- (1973). Trabalho e Tempo histórico entre proletários rurais. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, n.3.
- SHANIN, Teodor.
(1972). Editor's Preface. In: Borguslaw Galeski (Org); *Basic Concepts of Rural Sociology*, Manchester, Manchester University Press.
- SILVERMAN, Sidel.
(1979). The Peasant Concept in Anthropology, *Journal of Peasant Studies*, VII, p. 54-63.
- SZANTON, David L.
(2004). The origin, nature, and challenges of area studies in the United States. In: David L. Szanton (Ed.); *The politics of knowledge: area studies and the disciplines*. Berkeley, University of California Press.

STEWART, Julian H. et al.
(1956). *The People of Puerto Rico: A Study in
Social Anthropology*. Urbana: University of
Illinois Press.

Recebido em
setembro de 2016

Aprovado em
outubro de 2016